

REDE URBANA: REFLEXÕES, HIPÓTESES E QUESTIONAMENTOS SOBRE UM TEMA NEGLIGENCIADO

ROBERTO LOBATO CORRÊA

Departamento de Geografia
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Pesquisador CNPq
ppgg@igeo.ufrj.br

RESUMO

O presente texto discute a temática da rede urbana, apresentando reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema que, a despeito de sua importância, tem sido relativamente negligenciado. Primeiramente, o autor discute as estruturas da rede urbana, isto é, a estrutura dimensional, funcional e espacial, indicando a diversidade de redes urbanas existentes. Em seguida, aspectos fundamentais a respeito da rede urbana brasileira são discutidos. Seis pontos são objeto da atenção do autor: o primeiro reporta-se à cidade do Rio de Janeiro, uma metrópole nacional decadente; a diversidade das metrópoles regionais constitui-se no segundo ponto, enquanto o terceiro, à variedade de capitais regionais brasileiras. Os outros três pontos dizem respeito à existência de centros funcionalmente especializados, à importância do papel da drenagem da renda fundiária nas cidades brasileiras e, finalmente, aos diferentes caminhos que as pequenas cidades estão trilhando.

PALAVRAS-CHAVE: Rede urbana; estrutura; diversidade; Brasil.

URBAN NETWORK: REFLECTIONS, HYPOTHESIS AND QUESTIONS ON A NEGLECTED SUBJECT

ABSTRACT

This paper is concerned with the urban network, a neglected subject. In the first part the author discusses the urban network structure, that is, the dimensional, functional and spatial structure. The diversity of the urban network is the result of a complex process which is simultaneously cause and consequence. The second part of the article focuses on the Brazilian urban network, which has been submitted to a strong process of change. Six points are briefly discussed. Firstly, the attention is centered in the city of Rio de Janeiro, a declining national metropolis. Secondly, the author focuses on the diversity of regional metropolis, following the discussion on the variety of regional capitals. The growing importance of specialized centers, the role of rural land income drainage and the paths that small cities are taking are discussed.

KEY-WORDS: Urban network; structure; diversity; Brazil.

O presente texto reúne algumas reflexões, hipóteses e questionamentos, particularmente, sobre a rede urbana brasileira. Não é fruto de uma pesquisa específica, mas o resultado de uma avaliação que inclui uma implícita autocrítica de significativa parcela das idéias a respeito da temática em tela. Objetiva-se esclarecer e sistematizar alguns pontos que são considerados pouco claros ou mesmo desconhecidos pelos interessados na temática da rede urbana. Objetiva também apresentar algumas hipóteses sobre a rede urbana brasileira, rede que tem sido, de um lado, sujeita a grandes transformações após 1970 e, de outro, posta à margem enquanto objeto de conhecimento sobre a realidade social e espacial do país. Essa marginalização limita as possibilidades de um melhor conhecimento crítico sobre a sociedade brasileira e sua espacialidade.

Este texto divide-se em duas partes. Na primeira, focalizam-se as estruturas da rede urbana, enfatizando-se a diversidade delas, entendidas como reflexos, meio e condição social. Na segunda, alguns aspectos relativos à rede urbana brasileira da atualidade são explorados.

SOBRE AS ESTRUTURAS DA REDE URBANA

Reflexo, meio e condição social, a rede urbana é parte integrante da sociedade e de sua dinâmica, incorporando e agindo sobre as suas contradições, conflitos e negociações. Nesse sentido é de se esperar que as diferenças econômicas, políticas, sociais, demográficas e culturais vão se traduzir em diferenças estruturais entre redes urbanas. Há uma variedade de redes e uma conexão com os diversos tipos de sociedades pode ser estabelecida por via do conceito de formação espacial, conforme, de modo teórico, argumenta Santos (1979a) e, considerando o Brasil, aponta Corrêa (2000).

As relações entre rede urbana e sociedade já foram objeto de discussão por parte de diversos autores, tendo sido muito mais enfatizadas as suas diferenças estruturais do que a uniformidade entre elas, a qual seria derivada de sua suposta existência sobre uma planície isotrópica e sob condições de competição perfeita, racionalidade econômica e a-historicidade, as quais se expressariam em modelos hexagonais. Ressalte-se a esse respeito que o próprio Christaller (1966), em sua clássica obra da década de 1930, dedicou-se mais em discutir as variações na sua rede de lugares centrais, pouco privilegiando os modelos formais. A insistência nestes últimos deriva, de um lado, da posição formalista daqueles

fortemente influenciados pelo positivismo lógico e, de outro, de uma crítica infundada de muitos que desconhecem a obra de Christaller.

As redes urbanas apresentam inúmeras diferenças estruturais, que foram reveladas, além do próprio Christaller, entre outros, por Berry (1967) e Smith (1976), e sumariadas e discutidas, ainda que parcialmente, por Corrêa (1982, 1988 e 1997). As diferenças estruturais revelam-se por meio de distintas estruturas, dimensional, funcional e espacial, as três estando interconectadas, gerando alguns padrões de redes urbanas.

A) A ESTRUTURA DIMENSIONAL

A estrutura dimensional diz respeito ao tamanho dos centros de uma dada rede, revelando o grau de concentração ou dispersão de população e atividades nos seus centros urbanos. A concentração ou dispersão tornou-se significativa a partir do processo de urbanização, merecendo a atenção de inúmeros pesquisadores desde o final do século XIX, a exemplo de Adna F. Weber e, já no século XX, com Auerbach em 1913, Jefferson em 1939 e Zipf em 1949, os três com proposições formais a respeito da temática. A continuidade do processo de urbanização, envolvendo a partir da década de 1950 o Terceiro Mundo, suscitou debates sobre o tamanho das cidades em todo o mundo. As contribuições de Berry (1970 e 1975), Linsky (1965) e dos diversos autores da coletânea organizada por Timberlake (1985) são notáveis.

Nos estudos a respeito da estrutura dimensional da rede urbana, constatou-se a existência de redes macrocefálicas, comandadas por cidades primazes, isto é, cidades que são duas ou mais vezes maiores, demográfica e economicamente, que aquelas imediatamente abaixo em tamanho. Nessas redes faltam centros intermediários. Evidências de redes urbanas macrocefálicas são numerosas quando são considerados os países do Terceiro Mundo, mas também existem evidências desse tipo de rede urbana em países desenvolvidos, a exemplo da França e Dinamarca. Estruturas dimensionais caracterizadas pela semelhança à regra da ordem-tamanho enunciada por Zipf (CORRÊA, 1989a) foram também encontradas e vistas como expressão de um equilíbrio da rede urbana. Os países desenvolvidos tendem a apresentar estruturas dimensionais de suas redes urbanas que se aproximam do modelo de Zipf.

Macrocefalia urbana e regra ordem-tamanho foram vistas como expressões de desequilíbrio e equilíbrio da rede urbana. O debate sobre essa questão, agora minimizado, traz à tona a alternativa de intervenção ou

não na rede urbana visando corrigir as consideradas distorções vinculadas à macrocefalia urbana. A política de fortalecimento das “cidades médias”, em prática no Brasil algumas décadas atrás, reflete nitidamente a alternativa intervencionista.

É necessário, no entanto, que, além do debate político, sejam considerados os processos que ao longo do tempo, relacionados às diversas histórias nacionais e regionais, geraram o aparecimento de redes urbanas marcadas pela primazia de sua maior cidade ou por diversas possibilidades de se estruturarem em termos dimensionais. Reflexo, meio e condição social, a estrutura dimensional da rede urbana ainda se constitui em tema para estudos empíricos e reflexões.

B) A ESTRUTURA FUNCIONAL

A diferenciação entre centros de uma dada rede e entre redes urbanas aparece também ao se considerar a estrutura funcional dos centros urbanos, isto é, as suas atividades. Essa diferenciação é tanto um reflexo e meio como condição social vinculada às diferenças e desigualdades socioespaciais. Em um contexto socioespacial indiferenciado, sem interações entre lugares, os centros e a própria rede urbana não existiriam. Por outro lado, as diferenças funcionais associam-se, via de regra, às estruturas dimensionais das redes urbanas.

No processo de diferenciação funcional dos centros urbanos, entram em ação dois mecanismos econômicos que tendem a atuar simultaneamente, ainda que com intensidades variáveis. São eles a competição e a cooperação. As diferenças funcionais com base na hierarquia urbana, tal como enunciada pela teoria dos lugares centrais, resulta, primordialmente, do mecanismo da competição. Esta se manifesta pela acirrada disputa entre empresas comerciais e de prestação de serviços de distintos centros por hinterlândias mais amplas, absorvendo ou reduzindo hinterlândias de centros rivais. Economias de aglomeração, políticas de preços mais baixos e entrega gratuita de produtos a longas distâncias estão entre as estratégias que empresas mais poderosas e eficazes, via de regra estruturadas em rede, adotam no processo competitivo. A cooperação tende a se dar entre centros nos quais há empresas com funções complementares, interdependentes entre si. Associada, via de regra, a uma mais complexa divisão territorial do trabalho, a cooperação pode se transformar em competição e esta em cooperação. Os pares mais freqüentes, entretanto, parecem ser os de competição-hierarquia, de um lado, e cooperação-complementaridade, de outro.

Os estudos sobre a estrutura funcional dos centros urbanos têm uma longa tradição na Geografia. Referem-se, de um lado, aos estudos sobre as próprias funções urbanas e, de outro, às relações espaciais entre centros a partir de suas funções. As classificações funcionais de centros urbanos são o resultado dos esforços empreendidos no primeiro tipo de estudo. Criaram-se inúmeras tipologias funcionais de cidades a partir de diversas abordagens, entre elas aquelas que distinguem as atividades básicas das atividades não-básicas, como se exemplifica com o estudo de Magnanini (1971) sobre as cidades catarinenses. Outras adotaram, adicionalmente, outros indicadores, produzindo tipologias mais complexas, como aponta Capel (1972). A bibliografia sobre dimensões funcionais das cidades é muito vasta e teve, particularmente, um caráter descritivo, muito pouco interpretativo. Esse caráter descritivo, ainda que pesem inúmeras críticas conceituais e metodológicas, permite, contudo, que se evidencie aspectos fundamentais relativos à divisão territorial do trabalho entre centros urbanos. Os resultados transformam-se em hipóteses e questionamentos a respeito da rede urbana.

Os estudos sobre as relações espaciais entre centros urbanos têm merecido enorme atenção por parte dos geógrafos. Inúmeros estudos focalizaram a hinterlândia de uma única cidade, como se exemplifica com o estudo de Keller (1969) sobre Campinas, enquanto outros abordaram as relações cidade-região, cujo marco moderno mais importante é o estudo de Dugrand (1963) sobre a rede urbana do Baixo Languedoc, no Sul da França. Outros mais focalizaram redes de lugares centrais a partir da contribuição seminal de Christaller. Esses numerosos estudos ampliaram o entendimento a respeito da dimensão funcional dos centros da rede urbana. Longe de esgotarem a temática, pelo contrário, sugerem novas investigações, com novas questões em diversas escalas espaciais.

A temática dos centros urbanos enquanto focos da gestão do território é, mais tardiamente, incorporada aos estudos relativos à estrutura funcional dos centros da rede urbana. Os estudos realizados consideraram aquelas atividades de controle e decisão da vida econômica em espaços distintos, regional, nacional e internacional. As sedes sociais das grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas são os indicadores chaves desses estudos, mas a análise da distribuição espacial das filiais constitui-se em um mais refinado e complementar indicador, como aponta Corrêa (1989b e 1996), entre outros. Dessa abordagem emerge a noção de cidade global, relacionada ao papel, em escala global, que os grandes centros de gestão do território desempenham, controlando parcela ponderável da economia mundial. Nova York, Londres e Tóquio constituem, nesse

sentido, a tríade situada no escalão superior da hierarquia de cidades globais. As contribuições de J. Friedmann e S. Sassen são, a esse respeito, notáveis, mas o debate sobre a temática ainda está em curso, como aparece em Shorth, Kim, Kuss e Wells (1996) e em Beaverstock, Smith e Taylor (2000).

Ainda nessa abordagem envolvendo as relações espaciais situa-se a contribuição de Milton Santos, referindo-se, de um lado, à espacialidade dos circuitos inferior e superior da economia, espacialidade variável ao se considerar a cidade local, a cidade intermediária e a metrópole (SANTOS, 1979b). De outro, ao se referir às noções de “horizontalidade” e “verticalidade”, expressando, respectivamente, relações espaciais ligadas ao local ou regional e relações associadas às grandes distâncias, envolvendo interesses extra-regionais (SANTOS, 1996). Cooperação e competição acham-se presentes nessas espacialidades que cada centro apresenta, ainda que a importância de cada um varie de centro para centro.

As relações espaciais dos centros da rede urbana podem ser também consideradas com base na espacialidade do ciclo de reprodução do capital, como, entre outros, argumenta Corrêa (1997). Cada centro urbano participa em diversos ciclos de reprodução do capital, cada um associado a uma empresa. Insere-se, de modo distinto, nas diversas lógicas espaciais que presidem ao funcionamento das diversas empresas que atuam em um dado espaço. Um dado centro, por exemplo, é o foco de decisões, gestão e acumulação da empresa “a”. E, simultaneamente, um ponto de concentração e beneficiamento de matérias-primas da empresa “b” e um lugar de produção da empresa “c”. Como outros centros é também um lugar central para a distribuição de produtos de inúmeras outras empresas. Desse modo esse centro apresenta relações espaciais caracterizadas tanto pelas horizontalidades como pelas verticalidades. Suas relações espaciais são complexas, assim como suas funções.

C) A ESTRUTURA ESPACIAL

A estrutura funcional dos centros de uma dada rede urbana constitui-se em rica temática a demandar investigações constantes, privilegiando tanto as classificações funcionais como as diversas relações espaciais com base nas funções dos centros urbanos.

Às estruturas dimensional e funcional agrega-se, no plano teórico, a estrutura espacial. As três são inseparáveis, articuladas por meio de uma complexa lógica construída ao longo do tempo e na qual a inércia de

organizações espaciais pretéritas está, em maior ou menor grau, presente. A estrutura espacial da rede urbana refere-se ao modo como os centros urbanos e os fluxos estão dispostos sobre um dado segmento da superfície terrestre. Por meio dela, as estruturas dimensional e funcional da rede urbana são compreendidas.

Consideremos os modelos de estrutura espacial da rede urbana, aqueles propostos por Christaller, os três modelos hexagonais derivados dos princípios de mercado, transporte e administrativo. Em primeiro lugar, referem-se à rede de lugares centrais, ou seja, a rede de centros urbanos vinculada à distribuição varejista e de prestação de serviços, não levando em consideração outras funções urbanas. Em segundo lugar, trata-se de construções hipotético-dedutivas, elaboradas com base nas premissas de competição perfeita, racionalidade econômica, na a-historicidade das configurações espaciais e na planície isotrópica. Modelos de equilíbrio parcial, ressalta-se, contudo, foram mais valorizados pelos geógrafos neopositivistas e economistas espaciais do que pelo próprio Christaller, que investiu mais discutindo os princípios gerais – alcance espacial máximo e mínimo – e as variações nos resultados a partir de diferenças socioespaciais. Em terceiro lugar, entretanto, foi a partir dos modelos christallerianos que se tornou possível o desenvolvimento teórico a respeito das configurações espaciais da rede urbana em geral e não apenas da rede de lugares centrais. Nesse sentido, os modelos de Christaller deixaram de ser considerados modelos normativos, passando a serem vistos como quadros de referência.

É a partir dessa reinterpretção que são construídos modelos de redes urbanas, não segundo as regras de construção hipotético-dedutiva, mas mais próximas daquelas de construção de tipos-ideais. As contribuições são numerosas. Corrêa (1997) propõe uma tipologia de configurações espaciais da rede urbana que incorpora grande parte das diversas contribuições existentes. A tipologia, por definição, não está pronta pois, sem dúvida, a realidade é muito mais complexa do que os nossos modelos, por mais ricos e variados que sejam. Por outro lado, interpretações calcadas em outras perspectivas podem suscitar novos modelos, caracterizados por outras configurações espaciais.

Na proposição de Corrêa estão as redes solar, dendrítica, christalleriana, axial, circular e com múltiplos circuitos. Essas distintas estruturas espaciais, entendidas como tipos-ideais expressos graficamente, suscitam uma série de questionamentos. Um deles refere-se à origem e à dinâmica, envolvendo rupturas e permanências engendradas por uma complexa relação entre processos sociais e inércias espaciais. Outro

aponta para o desvendamento das diversas lógicas espaciais relacionadas às específicas interações espaciais, como, entre outras, aquelas referentes às migrações, à comercialização da produção primária, à drenagem da renda fundiária por proprietários rurais absenteístas, à criação de novas atividades no campo e na cidade, à distribuição de bens e serviços e à difusão de idéias e valores. Isto nos remete à espacialidade do ciclo de reprodução do capital, de um lado e, de outro, ao conceito de formação espacial, envolvendo a estrutura da propriedade, as relações sociais e seus conflitos, hábitos, crenças, técnicas e valores, densidades demográficas e o consumo.

SOBRE A REDE URBANA BRASILEIRA

A literatura relativa ao urbano, tanto produzida por geógrafos como por não-geógrafos, tem negligenciado, após 1980, a temática da rede urbana. Privilegia-se largamente os temas cuja espacialidade se situa no espaço urbano. Por mais importante que sejam, e o são, não se justifica a negligência à temática da rede urbana. Primeiramente porque a sociedade, em sua dimensão espacial, manifesta-se em múltiplas escalas que guardam entre si forte interdependência. A inteligibilidade do mundo real é feita multiescalarmente. Em segundo lugar, porque a rede urbana, o conjunto articulado de centros e suas hinterlândias têm passado, após 1970, por profundas e dramáticas transformações econômicas, sociais e políticas, conforme, entre outros, aponta Corrêa (2001). Isso torna a temática digna de atenção, a despeito das dificuldades que o estudo do urbano nessa escala apresenta, envolvendo enormes custos, particularmente para a obtenção de informações relativas às interações espaciais entre centros urbanos.

O presente texto aborda alguns pontos relativos à rede urbana brasileira na atualidade. Esses pontos são apresentados sob a forma de hipóteses ou de questões ou ainda de conclusões parciais: o leitor decidirá como interpretá-los.

A) RIO DE JANEIRO: UMA METRÓPOLE NACIONAL DECADENTE

A metrópole carioca constituía, juntamente com São Paulo, por volta da metade do século XX, uma das duas metrópoles nacionais como, entre outros, aponta Geiger (1963). A sua decadência como foco nacional ganha rapidez na segunda metade do século, de modo que a metrópole paulista se torna a incontestada metrópole nacional, o principal centro de gestão do

território (CORRÊA, 1996). A decadência da função metropolitana acentua-se no último quartel do século XX. Mais do que uma hipótese, trata-se de novos questionamentos a respeito da reversibilidade do processo de declínio. É isso possível a médio e a longo prazo? Em que condições? E quais as implicações da irreversibilidade para a vida econômica, social e política da metrópole carioca? Em contrapartida, está a metrópole paulista tornando-se uma cidade global, dotada da função de gestão de atividades que se localizam em escala global?

B) METRÓPOLES REGIONAIS: DIVERSIDADE E INTEGRAÇÃO

As metrópoles regionais, centros do segundo escalão da rede urbana, caracterizam-se por uma grande diversidade entre elas. Diferenciam-se segundo a gênese, isto é, ao momento em que foram elevadas à categoria metropolitana, como se exemplifica com Salvador e Goiânia. Diferenciam-se ainda no que diz respeito ao tamanho, como são exemplos Belo Horizonte e Belém. As diferenças no que tange ao papel como centros de gestão do território são notáveis, a exemplo de Porto Alegre, Fortaleza, Manaus, Recife e Curitiba, como aponta Corrêa (1996). Adicionalmente, diferenciam-se no que se refere à própria gênese e evolução urbanas e ao conteúdo socioeconômico de suas hinterlândias, como Singer (1968) evidenciou para Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. Finalmente, há diferenças em relação ao arranjo espacial dos centros subordinados e de seus fluxos. Uma matriz dendrítica acha-se presente na estrutura espacial de muitas hinterlândias das metrópoles regionais, fruto de um modelo colonial de povoamento. Belém, Recife e Salvador são exemplos. As redes urbanas de Belo Horizonte e Goiânia, por outro lado, focalizadas em centros criados mais recentemente, fora do modelo colonial, representam exemplos de outras estruturas espaciais.

Trata-se de diferenças estruturais, dimensionais, funcionais e espaciais, que foram gestadas em contextos espaço-temporalmente diferenciados. Questiona-se, então, se essas diferenças geram relações intermetropolitanas que desempenhariam significativo papel de alicerçar uma sólida interdependência, capaz de estabelecer novos padrões de integração que prescindam da intervenção da grande metrópole nacional. Essa é uma questão para investigação.

C) CAPITAIS REGIONAIS: DINÂMICAS DISTINTAS

As diferenças entre as dezenas de capitais regionais são ainda maiores do que aquelas que distinguem as metrópoles regionais. Jovens capitais regionais em áreas de povoamento recente coexistem com antigas capitais regionais de áreas povoadas há muito tempo. Capitais regionais de áreas pastoris distinguem-se daquelas localizadas em áreas de colonização alemã ou italiana, desenvolvidas a partir da agricultura familiar e da indústria. Capitais regionais de áreas economicamente decadentes contrastam com aquelas em prósperas áreas. As comparações são inúmeras, revelando a diversidade da rede urbana brasileira. Compare-se, por exemplo, Santarém, Caruaru, Campos, Bauru, Blumenau e Bagé e as diferenças aparecerão.

As diferenças resultam de dinâmicas distintas, incorporando processos cujos agentes sociais e suas práticas não estão plenamente evidenciados. Isso sugere a possibilidade de estudos comparativos sobre as capitais regionais brasileiras, visando tornar inteligível as diferenças e semelhanças relativas às estruturas dimensional, funcional e espacial das capitais regionais e de suas hinterlândias.

D) HIERARQUIA E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

Qual é o grau de importância das funções especializadas nos diversos tipos de cidades brasileiras? Há evidências que justificam esse questionamento, pois há cidades eminentemente portuárias e inúmeros centros monoindustriais – mineração, metalurgia, calçados, confecções, celulose e papel, máquinas agrícolas e têxtil, entre outras. Paranaguá, Porto Trombetas, João Monlevade, Anta Gorda, Ibatinga, Harmonia, Pompéia e Caetanópolis, entre outros, são exemplos.

A especialização produtiva pode ocorrer também em cidades médias e mesmo em grandes cidades, tornando complexas suas relações espaciais. As possibilidades de pesquisas nesse campo são inúmeras e certamente revelarão uma rede urbana que não se conforma exclusivamente aos modelos christallerianos, que privilegiam a hierarquia urbana.

E) A RENDA FUNDIÁRIA

Hipotetiza-se que o processo de modernização da agricultura, gerador de complexos agroindustriais, ampliou o papel das cidades, particularmente as cidades médias, capitais regionais em particular, como centros de

drenagem da renda fundiária, consumidores de grande parte da riqueza produzida em modernas fazendas. “Fazendão iluminado” e “fazenda asfaltada” são expressões designativas de cidades que ostentam um lado rico, por vezes excepcionalmente rico, que justifica equipamentos de luxo que, fundamentalmente, servem à elite direta ou indiretamente vinculada aos negócios agropecuários. Ribeirão Preto, a “capital da Califórnia brasileira” e Santa Maria, no contacto entre a Campanha e o Planalto Gaúcho (ROCHA, 1993) são exemplos de convergência funcional, no que tange à drenagem da renda fundiária, a partir de tradições distintas.

Negligenciada pelos geógrafos brasileiros, essa temática é de enorme importância para clarificar aspectos cruciais da rede urbana, vale dizer, da própria sociedade brasileira.

F) OS DIVERSOS CAMINHOS DAS PEQUENAS CIDADES

As pequenas cidades nasceram ou rapidamente se tornaram lugares centrais de pequenas hinterlândias agropastoris. Localizam-se por toda parte e suas hinterlândias são diferenciadas em termos demográficos, produtivos e de renda. As transformações verificadas no campo alteraram o padrão desses pequenos lugares centrais, criando pelo menos quatro caminhos ao longo dos quais evoluíram. Dois deles já foram apontados por Corrêa (1999), porém dois outros também são significativos. Vejamos os quatro caminhos.

i – Prósperos lugares centrais em áreas agrícolas nas quais a modernização não afetou radicalmente a estrutura fundiária e o quadro demográfico. Esses centros distribuem produtos para as atividades agrícolas e para a população, que tem nível de demanda relativamente elevado. A prestação de serviços é também importante. Podem, em muitos casos, realizar o beneficiamento da produção agrícola. O Oeste catarinense fornece bons exemplos desses lugares centrais

ii – Pequenos centros especializados. A modernização do campo esvaziou a hinterlândia desses centros, mas capitais locais ou de fora foram investidos em atividades industriais, via de regra uma ou duas, que garantem a permanência da pequena cidade que, em alguns casos, pode mesmo crescer econômica e demograficamente. O Oeste paulista e o Norte paranaense apresentam inúmeras cidades que se enquadram nesse tipo.

iii – Pequenos centros transformados em reservatórios de força de trabalho ou que assim nasceram. No primeiro subtipo o esvaziamento do campo gerou a perda de inúmeras funções centrais, resultou em centros

habitados por assalariados rurais com emprego temporário. O Oeste paulista é rico de exemplos desse subtipo. O segundo subtipo, que ocorre, por exemplo, na Amazônia oriental, resulta de um processo de concentração da força de trabalho, os “peões”, que é assim confinada em pequenos e pobres lugares.

iv – Pequenos centros em áreas econômica e demograficamente esvaziadas por um processo migratório que desequilibra ainda mais uma estrutura etária, afetando ainda a proporção dos sexos. A renda da cidade é em grande parte procedente de emigrantes que mensalmente enviam escassas sobras de recursos aos familiares que permaneceram, ou procedente de aposentadorias de trabalhadores agrícolas. A pobreza desses centros, freqüentes no Nordeste, contrasta com a prosperidade dos centros do primeiro tipo.

O estudo das pequenas cidades é, em realidade, de fundamental importância para a compreensão do urbano em seu escalão inferior. Nesses estudos, outros tipos de pequenos centros aparecerão.

PARA CONCLUIR

A rede urbana brasileira constitui-se em relevante temática para investigação, independentemente da existência de um modelo de planejamento que suscite tais estudos. O presente texto procurou contribuir para evidenciar essa relevância, discutindo, em primeiro lugar, a diferenciação entre redes urbanas, que apresentam estruturas dimensional, funcional e espacial bastante distintas. Em segundo lugar, apresentando seis pontos a respeito da rede urbana brasileira. O apelo está feito e a tarefa é longa mas necessária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAVERSTOCK, J.V.; SMITH, R.G.; TAYLOR, P.J. World-city network: a new metageography? *Annals of the Association of American Geographers*, Malden (EUA), v. 90, n. 1, p. 123-134, 2000.

BERRY, B.J.L. *Geography of market centers and retail distribution*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1967.

_____. Rank-Size vs. Primacy. In: BERRY, B.J.L.; HORTON, F. *Geographic perspectives on urban systems*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1970. p. 64-75.

BERRY, B.J.L. Tamanho de cidades e desenvolvimento econômico: síntese conceitual e problemas de política, com especial referência ao sul e sudeste da Ásia. In: FAISSOL, S. (org.). *Urbanização e regionalização*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 49-95.

CAPEL, H. De las funciones urbanas a las dimensiones básicas de los sistemas urbanos. *Revista Geográfica*, Barcelona, v. 6, n. 2, p. 218-248, 1972.

CHRISTALLER, W. *Central places in southern Germany*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966.

CORRÊA, R.L. Repensando a Teoria dos Lugares Centrais. In: SANTOS, Milton (org.). *Novos rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1982. p. 50-65 (Reproduzido em: *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.)

_____. A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, p. 61-83, 1988. (Reproduzido em: *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.)

_____. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989a.

_____. Os centros de gestão do território e seu estudo. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 109-119, 1989b.

_____. Metrópoles, corporações e espaço: uma introdução ao caso brasileiro. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 67-114.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. *Território*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 43-53, 1999.

_____. Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil. *Território*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 121-129, 2000.

_____. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpur, 2001. v. 3.

DUGRAND, R. *Villes et Compagnes en Bas Languedoc*. Paris: P.U.F., 1963.

GEIGER, P.P. *A evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisas Pedagógicas, 1963.

KELLER, E.S.C. As funções regionais e a zona de influência de Campinas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 3-39, 1969.

LINSKY, A.S. Some generalizations concerning primate cities. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 55, n. 3, p. 506-513, 1965.

MAGNANINI, R.L.C. As cidades de Santa Catarina: base econômica e classificação funcional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 85-121, 1971.

ROCHA, L.H.M. *O papel de Santa Maria como centro de drenagem da renda fundiária*. 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1993.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como categoria e como método. In: _____. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979a. p. 9-27.

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979b.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SHORT, J.R. et al. The dirty little secret of world city research. *International Journal of Urban and Regional Research*, Oxford, v. 29, n. 4, p. 697-717, 1996.

SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SMITH, C.A. (org.). *Regional analysis*. New York: Academic Press, 1976. (v. 1: Economic systems; v. 2: Social systems)

TIMBERLAKE, M. (org.). *Urbanization in the world economy*. Londres: Academic Press, 1985.

Recebido em 16/05/2003

Aceito em 06/07/2003